

## **1. Contexto operacional**

### **1.1. Informações sobre a Companhia**

A **BRD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros. (Companhia)**, é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo – SP e tem por objetivo exclusivo a aquisição de direitos creditórios oriundos de operações financeiras praticadas pelo mercado financeiro.

A Companhia iniciou suas atividades operacionais em 31 de outubro de 2018 sucedendo a empresa CHC & MI Participações Ltda., conforme ato societário registrado na JUCESP sob o nº 0.926.609/18-0 e, imediatamente estruturou 2 (duas) operações de captação própria de recursos através da emissão de debêntures. A primeira com série única da espécie com garantia real e a segunda com série única da espécie subordinada, conforme descrito na Nota Explicativa nº 8.a e nº 8.b.

Em 31 de maio de 2023, a Companhia cedeu suas carteiras de direitos creditórios para o debenturista Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados para a liquidação da segunda série de debentures de sua emissão.

A administração vem avaliando novas emissões tendo por intuito dar continuidade às atividades operacionais da Companhia.

Para a execução das atividades de gestão de cobrança das carteiras de crédito adquiridas, a Companhia contratou, com exclusividade, a BrD Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda. conforme a Nota Explicativa nº 5.h.

## **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 28 de março de 2024.

## **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação**

### **2.2. Base de apresentação**

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

### **2.3. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

## **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras**

### **3.1. Estimativas contábeis**

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, estimativas da vida útil de determinados ativos, determinação do valor recuperável de outros ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

### **3.2. Apuração do resultado**

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas e despesas são reconhecidas quando geram benefícios ou ônus econômicos para a Companhia e que possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas e despesas são mensuradas com base no valor da contraprestação recebida/paga.

### **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **3.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis.

#### **3.4. Impostos a recuperar**

Representados basicamente por tributos retidos na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e antecipação de IR e CSLL a compensar.

#### **3.5. Imobilizado**

O ativo imobilizado compreende imóveis comerciais que foram integralizados ao capital social da Companhia em 02 de dezembro de 2019, os quais foram registrados ao valor da integralização e são deduzidos de depreciação, a qual é calculada pelo método linear.

#### **3.6. Instrumentos financeiros**

##### **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros em 3 categorias, sendo (i) Ao custo amortizado, (ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou (iii) Ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial de cada operação.

##### **(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas:

- (a)** O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- (b)** Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **3.6. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **Classificação e mensuração--Continuação**

##### **(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Em 31 de dezembro de 2022 as carteiras de direitos creditórios estavam classificadas como Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Estas carteiras estavam apresentadas líquidas dos deságios apurados nas aquisições das carteiras de crédito adquiridas. Este deságio é reconhecido parcial ou integralmente como receita a partir do momento em que os direitos creditórios são efetivamente recebidos. A Administração utiliza dessa metodologia de avaliação dos devedores para que periodicamente possa avaliar os riscos de inadimplência e possa fazer as provisões para perdas esperadas de crédito conforme sua política de provisionamento descrita na Nota Explicativa nº 3.9. Em 31 de maio de 2023, a companhia cedeu suas carteiras de direitos creditórios conforme descrito na Nota nº 1.1.

##### **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a)** O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- (b)** Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não existem na Companhia ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **3.6. Instrumentos financeiros--Continuação**

##### **Classificação e mensuração--Continuação**

##### **(iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem-informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e, sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia classificou os bens dados em dação de pagamento como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de maio de 2023 a Companhia cedeu suas carteiras de direitos creditórios juntamente com os bens dados em dação de pagamento associados a essas carteiras.

#### **3.7. Outros ativos e passivos circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **3.8. Imposto de renda e contribuição social**

São calculados e constituídos com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$240 mil e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, bem como de provisões não dedutíveis, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há créditos tributários registrados contabilmente.

#### **3.9. Provisão para perdas de direitos creditórios e baixa efetiva por perdas**

Considerando a característica do negócio da Companhia, os direitos creditórios na data de aquisição normalmente encontram-se vencidos e assim, como parte das suas atividades, a Companhia contata os devedores originais no sentido de renegociar os saldos devedores e renegociar um novo fluxo de pagamentos.

Nesse sentido, a Administração mensalmente agrupa os dados históricos de perdas das carteiras de direitos creditórios por faixas de atraso após a renegociação, conforme a seguir:

<b>Período em atraso</b>	<b>Percentual de provisão</b>
0 a 180 dias	0%
181 a 360 dias	25%
361 a 540 dias	50%
541 a 720 dias	75%
Acima de 721 dias	100%

### **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **3.9. Provisão para perdas de direitos creditórios e baixa efetiva por perdas--Continuação**

Com base no histórico operacional do gestor de cobrança das carteiras da Companhia (BrD Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda), foi estabelecida a seguinte política de provisionamento de créditos adquiridos:

- (i)** O termo inicial para contagem do número de dias em atraso será:
  - a.** Para créditos com acordo formalizado, o 1º dia útil seguinte à data do vencimento da última parcela vencida e não paga;
  - b.** Para créditos cujo pagamento dar-se-á por meio da dação em pagamento de bens e direitos, independentemente se de forma particular ou nos autos de processo judicial, o 1º dia útil seguinte à data da assinatura do instrumento particular ou da decisão judicial que determinar a adjudicação;
  - c.** Para créditos sem acordo formalizado, em relação aos quais, por liberalidade do devedor ou decisão judicial ocorre algum recebimento/pagamento, o 1º dia útil seguinte à data do último pagamento/recebimento;
  - d.** Para créditos cujo fluxo de pagamento determinado por decisão judicial, o 1º dia útil seguinte à data do vencimento da próxima parcela previsto na decisão judicial, se não integralmente paga;
  - e.** Para créditos relativos a processos de Recuperação Judicial, com Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado, nos quais não tenha ocorrido acordo com avalistas ou cessão a terceiros, o 1º dia útil seguinte à data de início dos pagamentos prevista no PRJ;
  - f.** Para demais créditos que não se enquadrem em quaisquer dos itens de (a) até (e) anteriores, o 1º dia útil seguinte à data da cessão ou à data da homologação da cessão, nesta última hipótese, apenas nos casos em que houver objeção do devedor, e/ou terceiros que impeçam a Companhia e suas controladas/investidas de se fazer representar para fins de acordo ou tomar iniciativas contra os devedores e avalistas, entre outros.
- (ii)** Em havendo a ocorrência simultânea de quaisquer das situações previstas nos itens de (a) até (f), a Companhia adotará a postura mais conservadora, considerando como termo inicial para contagem do número de dias em atraso a data em que antes ocorrer quaisquer desses eventos;
- (iii)** A Companhia deverá, ainda, provisionar o recebimento dos créditos em toda e qualquer situação, ainda que não prevista nos itens de (a) até (f), na qual se identifique a ocorrência de inadimplemento, observando, por analogia, as regras desta Política;

### **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **3.9. Provisão para perdas de direitos creditórios e baixa efetiva por perdas--Continuação**

- (iv) As provisões deverão ser revertidas e/ou estornadas sempre que a Companhia verificar a alteração de quaisquer das situações previstas nos itens de (a) até (f), como, por exemplo, o pagamento total ou substancial, a celebração de um novo acordo, novação, renegociação de prazos, entre outros. Se descumpridas as novas condições acertadas, a Companhia deverá, novamente, realizar a provisão desses créditos, consoante identificadas quaisquer das situações previstas nos itens de (a) até (f);
- (v) Independentemente da natureza do crédito e da ocorrência das situações previstas nos itens de (a) até (f), a Política não será aplicável nos casos em que houver montante depositado em juízo atribuível à Companhia por determinação judicial ou arremate em leilão, que excede o valor do investimento na cessão do crédito pela Companhia, não devendo, nesta hipótese, ocorrer qualquer provisão.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não mantinha nenhuma provisão para perdas em razão da cessão de suas carteiras de direitos creditórios em 31 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia mantinha provisão de suas carteiras de direitos creditórios, conforme metodologia acima com baixa efetiva por perdas no exercício de 2022 no montante de R\$ 299 referente a liquidação de bens em dação de pagamento.

#### **3.10. Baixa de ativos**

O tratamento contábil de baixas de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados são transferidos a terceiros:

- (i) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros de forma que a Companhia (cedente) não retém uma dívida subordinada, os ativos transferidos são removidos do balanço;
- (ii) Se a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros transferidos, a Companhia (cedente) retém uma dívida subordinada, assim os ativos transferidos não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida;
- (iii) Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há ativos financeiros sujeitos a baixa.

### **3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação**

#### **3.11. Debêntures**

São registradas pelo seu valor de aquisição acrescidos dos encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. Não houve custos de captação pela natureza da estruturação das debêntures de emissão da Companhia em razão da captação haver sido feita pela própria emissora. Em 31 de maio de 2023 a Companhia liquidou os saldos das debêntures da segunda série de sua emissão através da cessão de crédito de suas carteiras de direitos creditórios.

#### **3.12. Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é apenas destacado dentro do patrimônio líquido e somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Não há previsão estatutária de destinação de dividendo mínimo obrigatório, entretanto em setembro de 2023 foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 37.

#### **3.13. Provisão para ajuste ao valor recuperável (*Impairment*)**

A Companhia analisa periodicamente a realização dos seus ativos e direitos, observando evidências de ajuste ao valor recuperável para concluir sobre a necessidade de constituir provisão para perdas.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia julgou não haver a necessidade de constituir qualquer provisão para perdas, exceto aquelas relacionadas a sua carteira de crédito conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.9.

Em 31 de dezembro de 2023, em função da cessão da carteira de crédito, não havia razão de qualquer provisão para ajuste ao valor recuperável.

#### **3.14. Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 3. Principais políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

#### 3.15. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

<b>Pronunciamento</b>	<b>Descrição</b>	<b>Aplicável a períodos anuais com início em ou após 01/01/2024</b>
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um <i>Sale and Leaseback</i> (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. (Equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

#### 3.16. Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, incluindo risco cambial e de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro utilizando, quando necessário, instrumentos de renegociação de seus direitos creditórios para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco financeiro é realizada pela administração da Companhia, que identifica, avalia e renegocia seus direitos creditórios com o intuito de proteger a Companhia de eventuais riscos financeiros.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Bancos - conta corrente	10	90
Aplicações financeiras (i)	285	150
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>240</b>

(i) Aplicações automáticas de curto prazo com liquidez imediata.

## 5. Direitos creditórios

### a) Classificação

Estão classificados como direitos creditórios as carteiras de créditos adquiridas no mercado financeiro referentes a operações de crédito realizadas pelos cedentes junto a seus clientes.

### b) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios foram adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos. Destaque-se que a Companhia faz uma avaliação criteriosa dos direitos creditórios antes de qualquer aquisição.

### c) Direitos de regresso dos direitos creditórios

A Companhia possuía direito de regresso dos direitos creditórios contra os Cedentes nos casos de não conformidade dos créditos cedidos. Enquadravam-se no direito de regresso os casos de fraude, inexistência do crédito, liquidação do crédito antes da cessão e demais situações previstas nos contratos de cessão.

### d) Composição das Carteiras de Crédito

Direitos creditórios	Qtde. de Operações	2022	Adições	Recebimentos	Baixa dação	2023
Acordo formalizado	01	770	-	-	(770)	-
Recebimento via judicial	06	1.125	-	-	(1.125)	-
Em aberto	19	2.291	5.117	(5.442)	(1.996)	-
Custo de estruturação	-	265	7	-	(272)	-
Provisão para perdas	-	(2.015)	(346)	-	2.361	-
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>2.436</b>	<b>4.778</b>	<b>(5.442)</b>	<b>(1.772)</b>	<b>-</b>

Direitos creditórios por faixa de atraso (*)	2022
Até 180 dias	1.878
Até 540 dias	293
Custo de estruturação	265
	<b>2.436</b>

(\*) Montante líquido de provisão para perdas.

As carteiras de créditos e recebíveis era composta por créditos vencidos e por esta razão foram efetuadas as provisões consideradas suficientes para fazer face as perdas esperadas.

### e) Resultado dos direitos creditórios

	2023	2022
Recuperação de créditos conforme Nota Explicativa n° 12	1.413	6.908
Outras rendas das carteiras de crédito conforme Nota Explicativa n° 12	22	51
Provisão para perdas do valor recuperável	(346)	(196)
Perdas com direitos creditórios	-	(299)
<b>Saldo ao final do exercício</b>	<b>1.089</b>	<b>6.464</b>

## 5. Direitos creditórios--Continuação

### f) Provisão para perdas de direitos creditórios

Considerando a metodologia descrita na Nota Explicativa nº 3.9, a Companhia apurou provisão para perdas esperadas de direitos creditórios, conforme abaixo:

Vencidos (*)	2022
Até 180 dias	-
Até 360 dias	-
Até 540 dias	293
Até 720 dias	-
Acima de 720 dias	1.722
	<b>2.015</b>

(\*) Desde a data de renegociação ou de acordo com os demais critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.9.

### g) Baixa efetiva para perdas

Considerando a metodologia descrita na Nota Explicativa nº 3.9, a Companhia registrou a perda definitiva na liquidação de parte de seus bens em dação de pagamento no montante de R\$ 299 em 31 de dezembro de 2022, evento não ocorrido em 2023.

### h) Gestão de cobrança dos direitos creditórios

A gestão de cobrança é da BrD Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda. dos créditos financeiros dos direitos creditórios, assim como de outros créditos financeiros eventualmente obtidos na revolvência da carteira de direitos creditórios.

## 6. Outros ativos

Com a cessão de suas carteiras de direitos creditórios em 31 de maio de 2023 parte dos demais ativos associados a essas carteiras foram cedidos em conjunto.

	2023	2022
Bens recebidos em dação de pagamento (*)	301	4.321
Impostos a recuperar (**)	124	808
	<b>425</b>	<b>5.129</b>
<b>Circulante</b>	<b>124</b>	<b>808</b>
<b>Não circulante</b>	<b>301</b>	<b>4.321</b>

(\*) Refere-se a imóveis recebidos como parte de pagamento dos direitos creditórios;

(\*\*) Refere-se substancialmente ao imposto de renda retido na fonte de aplicações financeiras.

**BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**  
 Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
 (Em milhares de Reais)

## 7. Imobilizado

	<u>Taxa anual de depreciação</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imóvel	4%	850	850
Depreciações acumuladas		(136)	(102)
		<u>714</u>	<u>748</u>
		<u>Movimentação</u>	
		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial		748	782
(-) Depreciação		(34)	(34)
<b>Saldo final</b>		<u>714</u>	<u>748</u>

O ativo imobilizado refere-se aos imóveis utilizados pelo acionista na subscrição de capital em 02 de dezembro de 2019. São três salas comerciais no valor total de R\$ 850, conforme laudo de avaliação emitido pela empresa especializada Galache Engenharia em 22 de novembro de 2019.

## 8. Debêntures

Referiam-se à operação de captação de recursos no mercado financeiro, através de títulos de emissão da própria Companhia. Esta emissão foi realizada em 13 de novembro de 2018 em duas séries da espécie subordinada, não conversíveis, para colocação privada seguindo o disposto na Lei nº 6.404, conforme alterada (“Lei das Sociedade Anônimas”) e as condições estabelecidas pela Resolução nº 2.686 do Conselho Monetário Nacional. Foram objeto de colocação privada e não foram registradas na B3 (Bolsa, Balcão, Brasil). Em 31 de março de 2020 em reunião dos debenturistas foi decidido pelo desmembramento das debêntures da 1ª Série em mais 8 novas séries, portanto totalizando 9 Séries (“Debêntures Seniores”). Os saldos das debêntures, principal e juros, foram liquidados no decorrer de 2023 e estavam compostos em 2022 como segue:

	<u>2022</u>
Debêntures da 1ª, 3ª à 10ª Séries com Garantia Real (a)	2.669
Amortização das debêntures com Garantia Real (a)	(2.669)
Juros a pagar das Debêntures das séries com Garantia Real (a)	2.047
Debêntures da 2ª Série (b)	<u>5.000</u>
	<b>7.047</b>
Juros incorridos	96
Amortização principal	(2.047)
Pagamento sobre juros	(96)
Liquidação – Dação em pagamento	(5.000)
<b>Saldo 31/12/2023</b>	<u>-</u>
<b>Circulante</b>	<b>2.047</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>5.000</b>

## 8. Debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2022 estavam apropriados juros a pagar de R\$ 2.047 (Em 2021 R\$ 2.750), os quais começaram a ser pagos após a liquidação dos valores nominais das debêntures, ocorrido no decorrer do ano de 2022, conforme deliberado no Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão de 31 de março de 2020. As Debêntures da 2ª Série farão jus a 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados financeiros positivos da Companhia, se houver, após o adimplemento integral das obrigações das debêntures de garantia real (1ª, 3ª a 10ª Série).

### (a) Debêntures Subordinadas da 1ª, 3ª à 10ª série

Em 13 de novembro de 2018, a Companhia emitiu 150 (cento e cinquenta) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da 1ª Série, para distribuição privada de colocação no valor unitário de R\$ 100, com vencimento final em 31 de dezembro de 2023, sem amortizações intermediárias do valor principal, e remuneração de juros correspondente a 18% (dezoito por cento) ao ano, base 360 dias.

Em 31 de março de 2020, a Companhia aditou as debêntures da 1ª Série desmembrando em oito nove séries, totalizando 9 séries das debêntures subordinadas de garantia geral. Este desmembramento teve como objetivo unificar o período de apuração dos juros por série, visto que havia datas diversas de subscrições na 1ª Série, logo cada data de subscrição originou uma nova série. O saldo das debêntures integralizadas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 15.000.

As referidas debêntures possuíam garantia real de cessão fiduciária dos créditos financeiros para o pagamento integral e pontual das obrigações da Companhia com os debenturistas das 1ª, 3ª a 10ª Série, além dos valores existentes ou a serem depositados e/ou creditados na conta centralizadora, conta corrente onde os pagamentos dos créditos financeiros foram depositados.

As subscrições ocorreram nas seguintes datas e montantes:

<u>Data de Subscrição</u>	<u>Quantidade de debêntures subscrita</u>	<u>Preço unitário de subscrição</u>	<u>Valor Total de Subscrição - R\$</u>
20/11/2018	38	100	3.800
01/03/2019	19	100	1.900
17/04/2019	20	100	2.000
31/05/2019	5	100	500
23/07/2019	17	100	1.700
31/07/2019	15	100	1.500
31/07/2019	15	100	1.500
20/09/2019	1	100	100
30/09/2019	20	100	2.000
<b>Total</b>	<b>150</b>		<b>15.000</b>

## 8. Debêntures--Continuação

### (a) Debêntures Subordinadas da 1ª, 3ª a 10ª Série--Continuação

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram realizadas amortizações extraordinárias de forma mensal das debêntures subordinadas das Séries 1ª, 3ª a 10ª séries, como segue:

2023					
Período de apuração	Data de amortização	Saldo a amortizar	% de amortização	Valor amortizado juros	
31/12/2022	10/01/2023	2.047	5,23%	107	
28/02/2023	10/03/2023	1.994	30,29%	604	
28/02/2023	31/03/2023	1.412	100,00%	1.412	
31/05/2023	31/05/2023	5.000	0,00%	-	
<b>Total</b>				<b>2.123</b>	

  

2022					
Período de apuração	Data de amortização	Saldo a amortizar	% de amortização	Valor amortizado principal	Valor amortizado juros
31/12/2021	10/01/2022	5.481	6,99%	107	276
31/01/2022	10/02/2022	5.172	6,12%	55	261
28/02/2022	10/03/2022	4.921	8,19%	17	387
31/03/2022	11/04/2022	4.584	20,23%	-	927
30/04/2022	10/05/2022	3.712	2,95%	-	109
31/05/2022	10/06/2022	3.655	3,34%	2.490	122
30/06/2022	08/07/2022	3.583	6,16%	-	221
31/07/2022	10/08/2022	3.411	1,51%	-	52
31/07/2022	16/08/2022	3.375	8,00%	-	270
30/09/2022	10/10/2022	3.179	35,35%	-	1.124
31/10/2022	10/11/2022	2.090	4,77%	-	99
<b>Total</b>				<b>2.669</b>	<b>3.848</b>

Desta forma, o principal das debentures subordinadas da 1ª série e da 3ª até a 10ª série foram integralmente liquidadas durante o exercício de 2023, nos montantes relacionados a seguir:

Série	Valor
1ª Série	560
3ª Série	267
4ª Série	275
5ª Série	67
6ª Série	223
7ª Série	196
8ª Série	192
9ª Série	13
10ª Série	254
(+) Juros incorridos no período	96
	<b>2.123</b>

### (b) Debêntures Subordinadas da 2ª Série

Em 13 de novembro de 2018, a Companhia emitiu 50 (cinquenta) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da 2ª Série, para distribuição privada de colocação no valor unitário de R\$ 100, com vencimento final em 31 de dezembro de 2025, sem amortizações intermediárias do valor principal, e remuneração correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos resultados financeiros positivos da Companhia, se houver, após o adimplemento integral das obrigações das Debêntures da 1ª Série. O Primeiro Aditamento à Escritura de Emissão não fez qualquer alteração em relação a essa série. As debentures subordinadas da 2ª série foram liquidadas em 31 de maio de 2023 através da cessão das carteiras de direitos creditórios. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia amortizou R\$ 5.000 de debêntures subordinadas da 2ª Série.

## 9. Obrigações tributárias

	2023	2022
PIS a recolher	-	7
COFINS a recolher	-	42
IRPJ a recolher	-	706
CSLL a recolher	-	262
Outros tributos a recolher	1	5
	<u>1</u>	<u>1.022</u>

## 10. Adiantamento de clientes

	2023	2022
Adiantamento de clientes (*)	242	6
	<u>242</u>	<u>6</u>

(\*) Em novembro de 2023 a empresa recebeu adiantamentos em relação a venda dos apartamentos Rio Mar 101 e 202 que irá ocorrer em período subsequente.

## 11. Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.200, sendo R\$ 350 em moeda corrente nacional e R\$ 850 em imóveis, sendo representado por 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) ações ordinárias sem valor nominal, sendo detido pela BrD Holding S.A. As ações são nominativas, sem emissão de certificados, e sua titularidade é comprovada pelo registro lançado no próprio livro da Companhia, que também está autorizada, mediante deliberação em Assembleia Geral, a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 20.000, mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, inclusive de diferentes classes.

### (b) Reserva legal

Ao final de cada exercício será destinado a reserva legal de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após compensados os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Esta reserva será constituída até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

### (c) Dividendo mínimo obrigatório

Não há previsão estatutária de destinação de dividendo mínimo obrigatório, atendendo, portanto, o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. No decorrer do exercício de 2023 a Companhia distribuiu o montante de R\$ 37 a título de dividendos.

**BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**  
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais)

## 12. Receita operacional líquida

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Receitas de recebimentos da carteira	1.413	6.908
Outras receitas da carteira de direitos creditórios	22	51
Perdas com operações de créditos	-	(299)
	<b>1.435</b>	<b>6.660</b>
(-) Impostos sobre serviços	(100)	(293)
	<b>1.335</b>	<b>6.367</b>

## 13. Custo dos serviços

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Juros sobre debêntures – Vide Nota Explicativa n° 8	(76)	(595)
Provisão para perda de direitos creditórios – Vide Nota Explicativa n° 5	(346)	(196)
	<b>(422)</b>	<b>(791)</b>

## 14. Despesas administrativas

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Serviços de gestão de cobrança da carteira (i)	(549)	(1.128)
Legais e societárias (ii)	(57)	(148)
Consultoria e Assessoria técnica (iii)	(268)	(280)
Demais despesas administrativas (iv)	(41)	(57)
	<b>(915)</b>	<b>(1.613)</b>

- (i) Serviços de gestão de cobrança da carteira de direitos creditórios, prestados pela BrD Brasil Distressed Consultoria Empresarial Ltda. e faturados com base nos termos do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes para comissionamento, com base no sucesso do recebimento do crédito indicado na Nota Explicativa n°10;
- (ii) Serviços advocatícios referentes a cobrança da carteira e alterações societárias;
- (iii) Serviços de consultoria, contábil e auditoria;
- (iv) Despesas de cartório, bureau de crédito, mensageiros e taxas e tributos diversos.

## 15. Outras receitas

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Outras receitas provenientes de dação em pagamento (i)	775	-
	<b>775</b>	<b>-</b>

- (i) Em 31 de maio de 2023 foi celebrado instrumento particular de dação em pagamento e outras avenças com a parte relacionada Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados, onde as debêntures subordinadas da 2ª série de MR\$5.000 foram liquidadas através da cessão das carteiras de direitos creditórios, conforme mencionado nas Notas Explicativas n° 5 e 8. A Companhia cedeu o montante de R\$ 4.225 em ativos (R\$1.772 de direitos creditórios e R\$2.453 em bens), resultando em um ganho na operação de R\$775.

## 16. Resultado financeiro

<b>Despesas financeiras</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Despesas bancárias	(4)	(8)
Outras despesas financeiras	-	(8)
	<b>(4)</b>	<b>(16)</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	17	27
	<b>17</b>	<b>27</b>
Resultado financeiro	<b>13</b>	<b>11</b>

## 17. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

### 17.1. Saldos correntes

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Descrição	2023	2022
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	785	3.974
<b>Adições temporárias</b>		
Provisão para serviços prestados	-	35
Provisão para créditos não realizáveis	-	2.015
Demais adições		-
<b>Exclusões temporários</b>		
Provisão para serviços prestados		-
Provisão para créditos não realizáveis	(2.050)	(1.863)
<b>(=) Base de cálculo tributária</b>	<b>(1.265)</b>	<b>4.161</b>
(-) Compensação prejuízos fiscais e de base negativa de anos anteriores (limitado a 30%)	-	(1.249)
<b>(=) Base de cálculo líquida</b>	<b>(1.265)</b>	<b>2.912</b>
<b>(=) Imposto de renda 15%, 10% de adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$ 240 por ano) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) 9%</b>	<b>-</b>	<b>(969)</b>
(+) Outras movimentações		
<b>(=) Total de IRPJ e CSLL</b>	<b>-</b>	<b>(969)</b>
Alíquota efetiva	0%	33,26%

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social era de aproximadamente, R\$ 1.838, correspondente ao crédito tributário de R\$ 551, não registrado.

## 18. Passivos contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante os tribunais e órgãos do poder judiciário, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e comerciais. Com a cessão das carteiras de direitos creditórios, tais processos deverão migrar para o atual cessionário.

### Riscos prováveis

A Administração, com base nas avaliações de seus advogados, concluiu que não há processos judiciais ou administrativos com riscos prováveis de um desembolso de caixa em 31 de dezembro de 2023 reforçado pelo fato da cessão das carteiras de direitos creditórios no curso de 2023.

### Riscos possíveis

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal e procedimentos administrativos de natureza fiscal que não estão provisionados, pois envolvem risco de perda classificado pela Companhia e por seus assessores legais externos como possível. Com a cessão das carteiras de direitos creditórios, tais processos deverão migrar para o atual cessionário.

## **BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

### **19. Partes relacionadas**

Em 31 de dezembro de 2022 o acionista BrD Holding S.A. realizou integralização de cotas no Nanban Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (“Nanban”), que se tornou o atual titular das Debêntures da 2ª Série (Nota Explicativa nº 8.b). Em 31 de maio de 2023 a Companhia cedeu suas carteiras de direitos creditórios para o Nanban para a liquidação da 2ª série das Debentures.

A BrD Distressed Consultoria Empresarial Ltda. atua como gestora de cobrança das carteiras de direitos creditórios conforme as Notas Explicativas nº 5.h e 14.i.

### **20. Instrumentos financeiros**

Os Instrumentos financeiros ativos e passivos (caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, créditos em circulação e estabelecimentos a pagar) são registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, conforme critérios mencionados nas respectivas notas explicativas.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- **Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos de primeira linha têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, o valor de mercado foi apurado com base nas cotações de mercado desses títulos na data-base do balanço. As taxas pactuadas refletem as condições usuais de mercado;
- **Direitos creditórios:** Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de realização e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Foram cedidos no curso de 2023;
- **Debêntures a pagar:** Os valores de mercado para as debêntures a pagar são idênticos aos dos saldos contábeis, sendo atualizados conforme cláusulas previstas nos contratos. Foram liquidadas no curso de 2023.

## 21. Gerenciamento de riscos

### a) Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### Classificação dos instrumentos financeiros

Com a exceção de caixa e equivalentes de caixa, que estão classificados ao valor justo por meio do resultado, os demais instrumentos financeiros ativos e passivos são classificados pelo custo amortizado.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	295	240
Direitos creditórios	-	2.436

O risco de crédito decorre de a possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

## **BrD Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de Reais)

### **21. Gerenciamento de riscos--Continuação**

#### **b) Risco operacional**

Define-se risco operacional como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falhas, fraquezas ou inadequações de processos, pessoas ou sistemas. O risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades realizadas também se incluem nesta definição.

A Companhia possui mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e relatar eventos de risco operacional a cada área de negócios, além de disseminar a cultura de controle para outros colaboradores internamente. Os pontos identificados são apresentados e discutidos junto a administração e resultam em recomendações e planos de ações definidos.

#### **c) Risco de mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas por uma companhia, bem como das suas margens financeiras, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, entre outros.

A Companhia monitora frequentemente possíveis anormalidades do mercado, a fim de identificar, mensurar e proteger a empresa de exposições desalinhadas com o apetite ao risco definidos pela Administração e conselho administrativo.

### **22. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2023 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

### **23. Coberta de seguros**

A Companhia não possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.